



foi a pergunta que José Pacheco Pereira dirigiu ao Primeiro Ministro António Guterres no almoço de trabalho de que *Carta da Europa* dá nota.

A Presidência portuguesa apostou, sobretudo em duas Cimeiras: uma sobre o emprego e outra sobre África. Em relação ao emprego nada de novo se vislumbra, por enquanto. Em relação a África já se levantam vozes a atribuir a Marrocos e à Argélia o eventual insucesso com a não realização de uma das principais iniciativas da Presidência do Conselho Europeu que Portugal ocupará a partir do próximo dia 1 de Janeiro durante 6 meses.

texto na pág. 4

## A Presidência portuguesa

Durante 6 meses, Portugal irá ocupar, pela segunda vez na sua História, a Presidência do Conselho da União Europeia.

A primeira vez, fê-lo com o Primeiro Ministro Cavaco Silva, esta segunda fá-lo-á com António Guterres.

A presidência não pode nem deve servir para alimentar vaidades pessoais, ajudar carreiras internacionais ou justificar protagonismos mais ou menos espúrios.

Deve:

- permitir **projectar o País e a sua cultura** (quer face aos seus parceiros na UE, quer para o exterior),
- prestigiar as nossas instituições e a nossa Administração no esforço de ajudar a **construir uma Europa mais desenvolvida e mais justa**
- e deve permitir, a quem decide, exercer o poder que tem, tendo presente os **interesses nacionais**.

É por estes parâmetros — essencialmente por estes — que se mede a **eficácia** da presidência portuguesa.

Em 1992 fizemo-lo bem.

Fazemos votos sinceros que no 1º semestre de 2000 o actual Governo saiba estar à altura dessa herança de prestígio e de eficácia.

*Carlos Miguel Coelho*

### Timor-Leste: resolução do PE

Intervenção de Costa Neves e Resolução do PE pág. 4

### Reforço do Combate à Droga

Intervenção de Carlos Coelho pág. 8

### O PSD disse:

Intervenções de Arlindo Cunha, Costa Neves e Jorge Moreira da Silva pág. 7

### O PSD reclamou...

Costa Neves e Sérgio Marques na defesa das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira págs. 2 e 6

# Não esquecer a ultra-periferia




**Carlos Costa Neves sobre as ultraperiferias: "Não basta vontade política; é também preciso assegurar cobertura orçamental"**

Carlos Costa Neves afirmou, em Bruxelas, que "a partir da experiência positiva do tratamento especial de que as regiões ultraperiféricas têm beneficiado por parte da União Europeia no âmbito da agricultura e das pescas, é preciso agora estendê-la a outros domínios essenciais ao desenvolvimento dos Açores e para isso não basta vontade política; é também preciso assegurar cobertura orçamental adequada. Tem sido, aliás, esta cobertura que tem permitido um funcionamento eficaz do *Poseima-agrícola*".

O Deputado açoreano interveio numa **reunião de parceria Comissão Europeia/Estados Membros/Regiões Ultraperiféricas**, promovida pela Comissão Europeia sobre a aplicação do novo artigo do Tratado da União Europeia relativo às Regiões Ultraperiféricas.

Nesta reunião, participou o Presidente da Comissão, **Romano Prodi**, a Vice-Presidente **Loyola de Palácio** e os Comissários **Fischler**, responsável pela agricultura e pescas, **Bolkestein**, responsável pelo mercado interno e **Michel Barnier**, responsável pela política regional, que se fizeram acompanhar pelos Directores-Gerais e directores das respectivas áreas. Participaram ainda membros dos Governos dos países que integram regiões ultraperiféricas, França, Portugal e Espanha, Deputados ao Parlamento Europeu (entre eles o Deputado madeirense **Sérgio Marques**) e membros dos Governos Regionais de todas as Regiões Ultraperiféricas, com excepção do Governo Regional dos Açores.

Para Costa Neves esta reunião "criou uma grande expectativa como ponto de partida para dar conteúdo ao novo artigo do Tratado da União Europeia. Se antes de haver esta consagração, no Tratado, de medidas específicas para as ultraperiferias já havia um tratamento especial para estas regiões, espera-se agora que o âmbito dos regimes especiais seja muito mais alargado. É de esperar o aperfeiçoamento do que já existe a nível dos sectores da agricultura e das pescas e, por outro lado, o alargamento a novos produtos dos regimes existentes".



**É essencial dar conteúdo ao novo artigo do Tratado da União Europeia que se refere às regiões ultra-periféricas.**

Costa Neves alertou também para o problema das quotas leiteiras: "como a própria definição de região ultraperiférica pressupõe, estas regiões têm a sua economia dependente de um só produto ou de um pequeno núcleo de produtos: o leite, no caso dos Açores.

Acontece que Portugal acaba de atingir, em termos de produção, a quota de leite que lhe está atribuída, o que impede os Açores de continuar a investir no aumento da sua produção, em contradição com todos os pressupostos do regime de ultraperiferia, que pretende incentivar o desenvolvimento do sector produtivo. Como fazê-lo se, por via administrativa, isso nos está vedado?", interrogou-se o Deputado açoreano, para quem "é indispensável ultrapassar este estrangulamento".

O Deputado social democrata referiu ainda que "tem havido interpretações desencontradas sobre a regulamentação aplicável à produção de açúcar nos Açores a partir da *Beterraba*". Para Costa Neves "é essencial um entendimento numa perspectiva que permita continuar com esta cultura e dar-lhe condições de rentabilidade, o que só acontecerá se for possível a sua transformação nos Açores. E porque a produção de *beterraba* nos Açores é insuficiente é necessário assegurar a importação das ramas que permitam o funcionamento da unidade industrial existente".

## O Governo não sabia já que havia problemas com África ?

O Primeiro-Ministro convidou, recentemente, para um almoço de trabalho, os Deputados portugueses ao Parlamento Europeu para lhes dar conta das principais prioridades da Presidência portuguesa.

O vice-Presidente do Parlamento Europeu e Coordenador do Grupo Europeu do PSD, Pacheco Pereira, interpelou António Guterres sobre a realização da Cimeira UE-África e das “vozes que já se levantam a atribuir a Marrocos e à Argélia o eventual insucesso com a não realização de uma das principais iniciativas da Presidência portuguesa”.

Também o líder do PSD, Durão Barroso, que esteve em Bruxelas a participar numa reunião

do Conselho Político do PPE, **criticou a “imprudência” do Governo** por ter inscrito a realização de uma cimeira euro-africana no seu programa de trabalho da presidência da UE, **antes de ter a certeza de a poder realizar.**

As críticas de Durão Barroso incidiram ainda sobre a **falta de informação** do Governo à Assembleia da República e à oposição sobre os preparativos da presidência. “*Não houve nenhuma informação ao Parlamento, nem ao líder da oposição, não tem havido nenhuma apresentação pública e completa dos objectivos da presidência*”, afirmou.

Durão Barroso classificou de “*provincianismo*” o contraste que tem constituído a multiplicação dos contactos de governantes junto do Parlamento Europeu nos últimos dias.

## uma trapalhada...

(*excertos de artigo publicado no jornal “Público” no dia 25.Nov.99*)

A máquina da despolitização - ou, se se quiser, da governamentalização - já se move para impor um “consenso nacional” à volta da Presidência portuguesa da União Europeia que se inicia em Janeiro do ano 2000.

Já se ouvem as habituais vozes que, em nome dos “interesses nacionais”, se preparam para demonizar as críticas àquilo que são opções políticas do governo, que numa saudável democracia tem naturalmente que ser objecto de crítica e discussão.

Em tempo real, insisto, em tempo real porque isso só prejudica quem faz asneiras. Nunca prejudicou um país que é uma democracia.

**Os apelos a uma espécie de “união nacional” por detrás do Governo, travestido de “Portugal”, em defesa dos “interesses portugueses”, traduzidos nas opções que o Governo e o PS entendam tomar, devem por isso ser liminarmente rejeitados.**

**Se o Governo não se sentir vigiado, criticado e discutido pela oposição fará concerteza um pior trabalho e prejudicará certamente os interesses portugueses, agora sem aspas.**



Onde fizer bem, terá consigo a oposição e isso só acrescerá o seu próprio mérito.

**No entanto, os sinais abundam de que a presidência portuguesa poderá estar muito abaixo das expectativas e das possibilidades.**

Refiro-me à trapalhada à volta da reunião entre a União Europeia - África, apresentada como uma das marcas portuguesas da presidência e anunciada sem estar garantida a sua realização, e ao que disse o Ministro dos Negócios Estrangeiros numa entrevista recente, e que indicia um recuo muito significativo das posições portuguesas antes sequer de qualquer negociação.

(...)

# Mais uma vez, o Parlamento Europeu faz

Em Sessão Plenária, o Parlamento Europeu debruçou-se, uma vez mais, sobre a situação em Timor- Leste.

Carta da Europa publica a intervenção do Deputado Costa Neves e os excertos mais significativos da **Resolução** aprovada pelo PE:

## Intervenção de Costa Neves:



*Esta semana, inicia funções a Autoridade das Nações Unidas para a Transição em Timor Leste (UNTAET). Não tem tarefa fácil.*

*A situação de atraso, agravada pela destruição vingativa perpetrada pelas Forças Armadas Indonésias; a pequena dimensão do território, associada à circunstância de haver "uma outra metade" da ilha; a coexistência com vizinhos e interesses poderosos; a inexistência de uma administração, são elementos que contribuem para a complexidade da tarefa e dão nota do quanto é necessário o envolvimento dos timorenses e importante a solidariedade internacional.*

*Os próximos dois anos têm de ser ganhos. Há que construir infra-estruturas mínimas, lançar as bases do sector produtivo, implantar uma administração inexistente e fazê-lo tendo em conta a vontade e o envolvimento dos timorenses. Eles sabem o que querem e têm o direito de participar, desde o início, na construção do seu país.*

*Quanto à solidariedade internacional, assinala-se que a missão conjunta de avaliação, coordenada pelo Banco Mundial e participada por elementos da Comissão Europeia, terminou o trabalho no território. Passa a haver uma estimativa fiável dos custos de reconstrução — 250 milhões de Euros em três anos — realizando-se uma Conferência de Dadores no dia 17 de Dezembro.*

*Também para este Parlamento, os dados agora disponibilizados são muito úteis.*

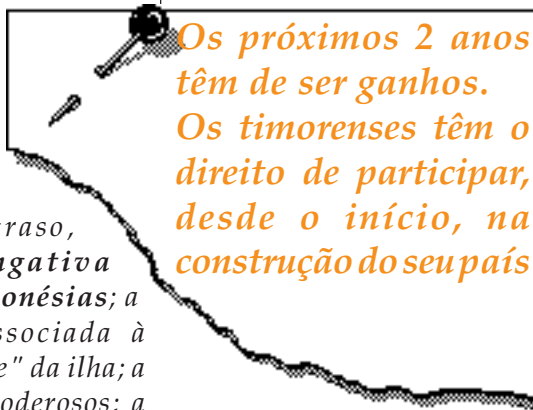
*Distingo que, já depois do Referendo de 30 de Agosto, manifestámos a vontade de que a União Europeia se envolvesse activamente nas tarefas de reconstrução.*

*Coerentemente com esse desejo, quando, em primeira leitura, tomámos posição quanto ao Orçamento para 2000, estabelecemos uma alínea específica de carácter plurianual, dotada de 30 milhões de Euros, destinados à reconstrução de Timor Leste, valor a actualizar à luz da informação proporcionada pela Missão Conjunta de Avaliação.*

*A terminar, sublinho a situação dramática dos 250.000 refugiados fora de Timor Leste. De várias dezenas de milhar não se sabe o paradeiro. Os campos de refugiados são dominados pelas mesmas milícias que, depois de aterrorizarem em Timor Leste, continuam a fazê-lo, agora em território indonésio.*

*Entretanto, a Indonésia mantém encerradas as fronteiras terrestres!*

*A situação é intolerável e envolve um terço da população de Timor Leste que tem direito à livre e informada escolha quanto a permanecer na Indonésia ou regressar a Timor Leste.*



**Os próximos 2 anos têm de ser ganhos. Os timorenses têm o direito de participar, desde o início, na construção do seu país**



Já pode ver a **Carta da Europa** na Net no site do PPE

# ouvir a sua voz em defesa de Timor-Leste

## Resolução do Parlamento Europeu sobre Timor Leste

A. Considerando que o resultado do referendo expressa de forma clara a vontade dos timorenses de aceder à independência, com 78,5% de votos a favor,

B. Considerando que a UNAMET e os observadores internacionais, incluindo a delegação do PE e a delegação do Conselho, reconheceram a legalidade e a validade do referendo,

G. Considerando que a situação humanitária continua a ser gravíssima em Timor Leste, bem como em Timor Ocidental, e que o ACNUR receia uma deterioração da situação se não houver uma intervenção das autoridades indonésias no sentido de controlar a actividade das milícias,

H. Considerando que, segundo informações do ACNUR, ainda se encontrarão em Timor Ocidental cerca de 250.000 refugiados e que, destes, pelo menos 150.000 desejam regressar,

J. Alarmado com notícias de que um elevado número de refugiados foi deslocado para ilhas mais pequenas, longe da atenção dos órgãos de comunicação social internacionais e fora do alcance das agências humanitárias,

K. Considerando que a estação das chuvas que se aproxima poderá não apenas dificultar a preservação de provas de atrocidades, mas também adiar a repatriação de refugiados de Timor Ocidental e, assim, causar novas catástrofes humanitárias,

L. Manifestando a sua preocupação com informações segundo as quais foram cometidas em todo o território de Timor Leste violações sistemáticas e flagrantes do direito humanitário internacional e dos direitos do Homem, e sublinhando que os autores de tais violações são pessoalmente responsáveis pelas mesmas,

3. Elogia a contribuição dos países membros das Nações Unidas, em particular da Austrália e dos países da ASEAN, que colocaram tropas e material de apoio à disposição da força internacional;

4. Apela à força internacional para continuar a cumprir o seu mandato de restaurar a paz e a segurança, facilitando as operações de assistência humanitária e protegendo e apoiando a UNAMET no desempenho das suas missões;

5. Solicita ao Governo da Indonésia que colabore plenamente com a força internacional e com as agências humanitárias no sentido do cumprimento dos respectivos mandatos e que facilite a imobilização e o desarmamento de elementos paramilitares activos na fronteira, os quais impedem a continuação do programa de repatriação e a ajuda humanitária nos campos de refugiados;

6. Condena qualquer deslocação forçada de refugiados e solicita ao Governo indonésio que permita o acesso pleno e incondicional das agências humanitárias, que garanta que a livre vontade dos refugiados não seja posta em causa por propaganda enganosa e que ajude à repatriação segura dos que desejam regressar;

8. Condena veementemente os massacres e os actos criminosos perpetrados contra o povo de Timor Leste, insiste em que a impunidade por atrocidades cometidas não pode ser tolerada e solicita que uma comissão internacional de inquérito das Nações Unidas investigue urgentemente a responsabilidade pelos massacres e por todas as outras violações dos direitos do Homem e do direito humanitário e que seja criado, com a maior brevidade possível, um Tribunal Internacional para os crimes cometidos em Timor Leste;

9. Solicita ao Conselho que estude a concessão de apoio técnico às autoridades das Nações Unidas em Timor Leste, tendo em vista a preservação e o exame das provas de atrocidades perpetradas durante a anterior ocupação do país;

11. Insta os Estados-Membros da União Europeia, o Conselho ACP-UE e os países ACP a reconhecerem o Estado de Timor Leste e a estabelecerem relações diplomáticas com aquele novo país o mais rapidamente possível;

12. Solicita aos Estados-Membros da União Europeia que dêem apoio aos refugiados de Timor Leste que se encontram na União Europeia e que desejam regressar ao seu país para participar nos esforços de reconstrução;

13. Solicita à União Europeia que promova, entre outros aspectos, a reconstrução da sociedade civil em Timor Leste e apela aos governos dos Estados-Membros da UE, assim como à comunidade internacional em geral para, de forma urgente e eficaz, reforçarem o apoio humanitário ao povo de Timor Leste e ajudarem financeira e economicamente a reconstrução e a transição de Timor Leste para a independência;

14. Solicita à União Europeia que disponibilize urgentemente recursos orçamentais suficientes a favor de Timor Leste e reafirma a sua decisão de inscrever no orçamento da União Europeia para o ano 2000 uma verba de apoio à reconstrução, à actividade económica e ao processo de constituição do Estado de Timor Loro Sae, nomeadamente pela criação de uma rubrica específica, numa perspectiva plurianual;



## Carlos Costa Neves: É inaceitável o atraso das negociações com Marrocos (Pescas)

O Deputado do PSD Carlos Costa Neves considerou *“inaceitável que o primeiro encontro de negociações entre a União Europeia e Marrocos sobre o Acordo de Pescas só tenha lugar no final de Dezembro”*.

Costa Neves salientou a importância deste acordo para a União Europeia dado que *“representa mais de 30% de todas as capturas da frota comunitária em águas de países terceiros e os cerca de 30 000 empregos, directos e indirectos, dependentes deste Acordo se concentrarem em pequenas comunidades piscatórias de Espanha e Portugal (sobretudo nos concelhos de Sesimbra e Olhão), sem grandes possibilidades de reconversão”*.

Para Costa Neves, que defendeu que *“o próximo acordo tenha um prazo mais dilatado por forma a abrir perspectivas de futuro e proporcionar mais investimento, é fundamental assegurar, desde já, que os pescadores e armadores afectados sejam devidamente compensados e que essa compensação seja assegurada por quem é parte neste acordo, ou seja, a União Europeia”*.



## Carlos Costa Neves questionou o Ministro da Agricultura sobre as quotas leiteiras

O Deputado do PSD ao Parlamento Europeu, Carlos Costa Neves questionou o Ministro da Agricultura sobre o problema das quotas de leite nos Açores, sugerindo que *“na negociação em curso para materializar o disposto no Art. 299-2 do Tratado da União Europeia se excluam os Açores do regime das quotas”*.

Costa Neves, que participou numa reunião dos Deputados portugueses ao Parlamento Europeu, promovida pelo Ministro da Agricultura na Representação de Portugal junto da União Europeia, lembrou que *“os Açores produzem cerca de 25% do leite que se produz em Portugal, que os Açores já estão a produzir acima da margem atribuída à produção açoreana, que Portugal no seu conjunto também já atingiu o máximo que lhe está atribuído, que a ultrapassagem da quota implica o pagamento de pesadas multas e que os produtores*

*açoreanos se veem na necessidade de estancar a produção”*.

O Deputado açoreano afirma que, *“sendo um dos objectivos das medidas específicas assegurar a aproximação dos níveis de desenvolvimento das regiões ultraperiféricas da média dos respectivos países e da média da União Europeia e dependendo a economia açoreana da produção de leite, esta tem que crescer em qualidade e quantidade e não ver-se limitada por medidas administrativas, porque isso contraria o espírito e a letra do próprio Tratado”*.

É neste contexto que Costa Neves **sugere ao Ministro que negocie “uma medida específica, permitida pelo Tratado, que exceptue os Açores do regime de quotas, já que, na negociação da Agenda 2000, o Governo não conseguiu assegurar o necessário aumento da quota portuguesa”**.



## Sérgio Marques em defesa da banana da Madeira

Sérgio Marques questionou a Comissão Europeia sobre *“como será financiado o custo adicional do regime de ajudas aos produtores comunitários (deficiency payments) resultante da maior oferta de banana e inerente redução de preço, supondo-se que a colocação no mercado da banana comunitária é garantida e considerando os compromissos orçamentais da Agenda 2000?”*

Sérgio Marques está apreensivo com a abertura da Comissão Europeia a uma pré-liberalização do comércio da banana e defende que *“o novo regime de importação de bananas envolve perigos consideráveis para a subsistência da banana produzida na União Europeia, decorrentes, nomeadamente, da mais que previsível alteração substancial dos circuitos comerciais. Esta alteração poderá trazer sérios obstáculos à colocação no mercado das bananas comunitárias, o que significa que se corre um risco que nenhum sistema de ajudas aos produtores pode compensar”*.

**O Deputado pretende que a Comissão Europeia explique de que forma serão salvaguardados os interesses dos produtores da Madeira no quadro do novo regime pré-liberalizador, uma vez que “é necessário garantir a ajuda proporcional ao produtor para compensar a previsível diminuição do preço a partir de 2006. Correm-se riscos de diminuição do rendimento dos agricultores caso a ajuda comunitária seja inferior aos actuais montantes por quilo”**.



## Arlindo Cunha defende posição ofensiva da UE nas negociações da OMC

*“É necessário que sejam classificados com base no mesmo critério todos os subsídios atribuídos a diferentes objectivos das políticas agrícolas, para que não se repita*

*o facto de as restrições europeias às exportações terem de ser reduzidas em 36%, em 6 anos, e os créditos americanos à exportação, que têm exactamente os mesmos objectivos, não estarem sujeitos a qualquer redução por imposição da mesma OMC”.*

*«A UE procedeu a duas importantes reformas da Política Agrícola Comum, no curto espaço de 7 anos, com a inerente redução real do seu peso no orçamento comunitário e, ao contrário dos sacrifícios impostos aos agricultores europeus, os Estados Unidos da América aumentaram os seus subsídios agrícolas em 15 mil milhões de dólares em 1998 e 1999, em manifesta contradição com o discurso arrogante de propaganda que habitualmente fazem contra a PAC».*

*Aliás, a experiência de 5 anos do actual acordo da OMC e os conflitos e disputas que tem gerado entre países mostra que o comércio livre e justo não se pode limitar a simples questões de reduções de preços, subsídios ou tarifas”.*

*«Devem ser fixadas no acordo regras de jogo, comuns a todos, não tratadas ou insuficientemente clarificadas pelo Acordo de Marraquexe, de que são exemplo os padrões de higiene e segurança alimentar, os efeitos ambientais e de saúde de certos métodos de produção intensiva e de organismos geneticamente modificados, ou o respeito pela sensibilidade dos consumidores».*

*«Devem igualmente ser respeitadas as denominações de origem de produtos tradicionais, para não assistirmos mais à autêntica pirataria que é impunemente feita às marcas comunitárias, como está a acontecer actualmente com a África do Sul, a respeito do Vinho do Porto e do Xerez».*



## Carlos Costa Neves: por maior justiça no sistema de financiamento do orçamento da UE

*Há, praticamente, trinta anos, decidiu-se a substituição do sistema de receitas então em vigor, baseado na contribuição dos Estados-membros, por um sistema de recursos próprios. O alcance da decisão é evidente.*

*Passadas três décadas, são notórias as fragilidades do sistema vigente. Não é suficiente, não é simples, não é lógico, não é transparente, não é justo. É pois, insustentável. É o resultado de sucessivos e desencontrados acertos, ao sabor de necessidades, de pressões, de interesses de quem, em diferentes contextos e momentos históricos, teve capacidade para os proteger.*

*A relação perversa entre o contributo de cada Estado-membro e a sua capacidade relativa para o assegurar é inaceitável. O regime de discriminação positiva do Reino Unido, baseado no demolidor conceito de “justo retorno”, é injustificável. A intenção de dotar a União Europeia de recursos próprios tem ficado por isso mesmo, pela intenção...*



*Insistir na actual lógica de despesa, em que avulta a decorrente da Política Agrícola Comum que, para além de pôr em causa qualquer objectivo de equidade, assumido como princípio nos Tratados, de política só tem a designação, insistir no sistema de receitas em vigor, fruto de “interesses” diversos e contraditórios entre si é insanavelmente inconciliável com o desejo de*

*aprofundamento do projecto e de alargamento do espaço geográfico.*



## Jorge Moreira da Silva preocupado com a segurança nuclear no Leste europeu

*“Protestamos pelo facto da República Checa, contra a opinião da União Europeia, ter vindo a prosseguir com o projecto de implementação da Central Nuclear de Temelin, que entrará em pleno funcionamento ainda este ano”*

*“Temos fundadas dúvidas sobre a segurança e estamos preocupados em primeiro lugar, porque o seu projecto base, de 1983, assenta numa tecnologia obsoleta, oriunda da ex-União Soviética, a mesma que registou diversos acidentes, no Leste Europeu, nos últimos anos, e depois porque a suposta actualização tecnológica do projecto, desde 1983, foi realizada de forma episódica e desconexa, limitando-se a uma mistura de diferentes tecnologias, de diferentes fabricantes e de diferentes países, formando um todo muito pouco fiável”.*



## Carlos Coelho propõe reforço do combate à Droga

O Deputado Carlos Coelho, propôs, em Estrasburgo, que, *“para lá dos bonitos discursos, a União Europeia tome decisões e viabilize recursos que correspondam ao empenhamento que dizemos ter neste combate essencial contra o crime organizado e pela dignidade das pessoas”* e **apresentou propostas que “pretendem reforçar o papel do Observatório Europeu situado em Lisboa e dotá-lo de meios financeiros essenciais ao seu trabalho. Do seu trabalho esperamos muito em termos de melhor conhecimento do fenómeno, de existência de dados e informações comparáveis, e sobretudo da monitorização, identificação e proposta de proibição de substâncias perigosas colocadas no mercado”.**

Para Carlos Coelho, que usou da palavra no debate que o Parlamento Europeu efectuou sobre o plano de acção da União Europeia em matéria de luta contra a droga, *“a abordagem deste problema tem de ser orientada num triplo sentido: da redução da procura; da repressão do tráfico de droga; do combate à toxicodependência”*.

O Deputado social democrata defendeu que *“devem ser levadas a cabo campanhas de sensibilização do público para o problema da droga, ao mesmo tempo que deverá existir um fortalecimento das redes de prevenção. Na área do tratamento deverá ser dado apoio a programas de qualidade, dirigidos à comunidade em geral, aos meios escolares, incluindo os orientados para a população prisional, acompanhados de iniciativas destinadas a promover a redução de riscos: programas de trocas de seringas, assistência social e tratamento médico e psicológico e a reintegração de toxicodependentes na sociedade, incluindo programas de reinserção profissional”*.

No que diz respeito à redução da oferta, Carlos Coelho defende que *“deve ser prosseguido e incrementado o apoio aos países produtores para que, nas suas prioridades, incluam a redução da oferta e programas de erradicação das culturas, de desmantelamento de laboratórios e de prevenção do tráfico. O combate ao tráfico de droga e ao branqueamento de capitais tem de ser levado a cabo como uma das grandes prioridades da acção interna e externa da União Europeia”*.

Acentuando que *“a vontade política se mede pela eficácia das acções e pelos recursos públicos colocados ao serviço desta luta”*, Carlos Coelho afirmou que *“o Parlamento Europeu não tem moral para pedir aos Estados-Membros maior empenhamento e maior investimento no combate à droga se ele próprio não der o exemplo, reforçando o Orçamento do Observatório”*.

Carlos Coelho afirmou ainda que *“temos de lutar contra a droga ‘sem compromissos’ porque esta é um vício que enfraquece a vontade, que enreda o indivíduo numa dependência que o escraviza e o despersonaliza, que rompe laços e relações sociais, que gera delinquência e aumenta a insegurança e que alimenta redes criminosas de âmbito mundial que desafiam a lei e o poder dos Estados”*.

## Os Deputados do PSD

### José Pacheco Pereira

Telf: (32.2) 28.45371

Fax: (32.2) 28.49371

e-mail: JoPacheco@europarl.eu.int

### Vasco Graça Moura

Telf: (32.2) 28.45369

Fax: (32.2) 28.49369

e-mail: VGraça@europarl.eu.int

### Teresa Almeida Garret

Telf: (32.2) 28.45566

Fax: (32.2) 28.49566

e-mail: TAlmeida@europarl.eu.int

### Arlindo Cunha

Telf: (32.2) 28.45381

Fax: (32.2) 28.49381

e-mail: ACunha@europarl.eu.int

### Carlos Costa Neves

Telf: (32.2) 28.45374

Fax: (32.2) 28.49374

CCosta Neves@europarl.eu.int

### Sérgio Marques

Telf: (32.2) 28.45404

Fax: (32.2) 28.49404

e-mail: Smarques@europarl.eu.int

### Jorge Moreira da Silva

Telf: (32.2) 28.45448

Fax: (32.2) 28.49448

e-mail: JMoreira@europarl.eu.int

### Carlos Coelho

Telf: (32.2) 28.45551

Fax: (32.2) 28.49551

e-mail: CCoelho@europarl.eu.int

### Fernando Reis

Telf: (32.2) 28.45790

Fax: (32.2) 28.49790

e-mail: FReis@europarl.eu.int

## CARTA DA EUROPA

Boletim Informativo da

Delegação do PSD do GRUPO DO PARTIDO POPULAR EUROPEU

Director: **Carlos Miguel Coelho** Redacção: **José Luis Fernandes e Sandra Nunes**

rue Wiertz - ASP 8E150 1047 Bruxelles tel(02)284 5551 fax (02)284 9551